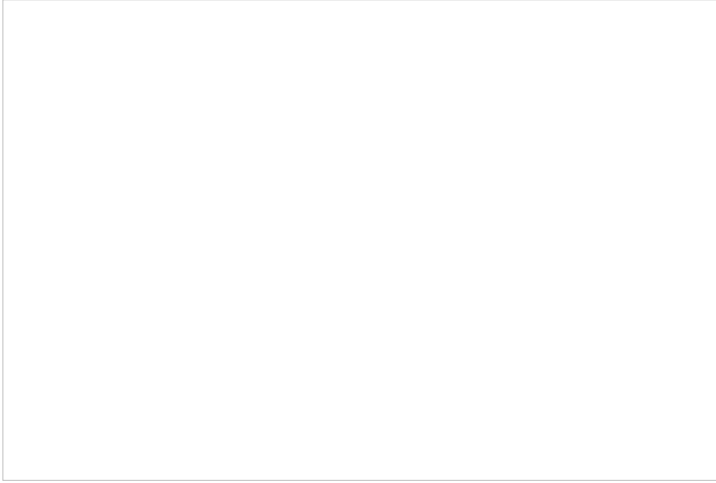


15/11/2018 12:59 - Roberto Campos Neto é indicado para comandar o BC no governo Bolsonaro

Foto: Ueslei Marcelino/REUTERS



O economista Roberto Campos Neto, executivo do banco Santander, foi indicado para comandar o Banco Central na gestão do presidente Jair Bolsonaro, a partir de janeiro do ano que vem. A informação é da equipe de transição do governo eleito.

Nessa última semana, ele foi visto no centro de transição, em Brasília. O indicado, conforme diz seu nome, é neto do economista Roberto Campos, expoente do pensamento liberal e defensor do Estado minimalista no país, tendo ocupado, entre outros cargos, o Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica no governo Castelo Branco.

Para poder assumir o BC, ele será sabatinado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado Federal e terá de ter seu nome aprovado. Também precisará passar pelo

crivo do plenário da Casa. O presidente do Banco Central tem "status" de ministro. Deste modo, tem foro privilegiado.

Próximo a Paulo Guedes, futuro ministro da Economia do governo Bolsonaro, a partir de 2019, Campos Neto é, atualmente, responsável pela tesouraria do banco Santander, segundo o blog da jornalista Julia Duailib no G1.

Carreira

O analista, que tem 49 anos, é formado em Economia pela Universidade da Califórnia, com especialização em Economia com ênfase em Finanças, pela Universidade da Califórnia, em Los Angeles.

Ele trabalhou no Banco Bozano Simonsen de 1996 a 1999, onde ocupou os cargos de Operador de Derivativos de Juros e Câmbio (1996), Operador de Dívida Externa (1997), Operador da área de Bolsa de Valores (1998) e Executivo da Área de Renda Fixa Internacional (1999).

De 2000 a 2003, Campos Neto, segundo o perfil que consta no site do Santander, trabalhou como Chefe da área de Renda Fixa Internacional no Santander Brasil.

Em 2004, ocupou a posição de Gerente de Carteiras na Claritas. Ingressou no Santander Brasil em 2005 como Operador e em 2006 foi Chefe do Setor de Trading. Em 2010, passou a ser responsável pela área de Proprietária de Tesouraria e Formador de Mercado Regional & Internacional.

Autonomia do Banco Central

A indicação do economista acontece em um momento no qual é debatida, no Legislativo, a autonomia formal para o Banco Central - com a fixação de mandatos para presidente e diretoria da instituição, não coincidentes com o presidente da República. Atualmente, o BC uma autarquia vinculada ao Ministério da Fazenda.

A autonomia da instituição, se implementada, diminuiria, de acordo com analistas, a possibilidade de ingerência política nas decisões sobre a taxa básica de juros, a Selic, e na supervisão do sistema financeiro - o que contribuiria para reduzir a curva de juros futuros, com impacto nas taxas bancárias.

A principal missão da autoridade monetária, pelo sistema atual, é o controle da inflação, tendo por base o sistema de metas. Quando as estimativas para a inflação estão em linha com as metas, o BC reduz os juros; quando estão acima da trajetória esperada, a taxa Selic é elevada.

Durante a campanha eleitoral, um dos pontos discutidos foi a possibilidade de o Banco Central ter um mandato duplo, ou seja, de controlar a inflação e, também, atentar para o crescimento da economia - semelhante ao que acontece nos Estados Unidos. Mas, até o momento, não há informação oficial de que a futura equipe econômica defenderá esse formato.

O BC também é responsável por fiscalização as instituições financeiras; autorizar seu funcionamento; estabelecer as condições para o exercício de quaisquer cargos de direção nas instituições financeiras; e vigiar a interferência de outras empresas nos mercados financeiros

e de capitais.

Metas de inflação

O Conselho Monetário Nacional (CMN) fixou, para 2018, uma meta central de inflação de 4,5%, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto para cima e para baixo. Deste modo, pode oscilar entre 3% e 6% sem que seja formalmente descumprida. Para 2019, a meta central é de 4,25%, mas pode variar entre 2,75% e 5,75%.

De janeiro a outubro, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), a inflação oficial do país, somou 3,81% e, em doze meses até outubro, totalizou 4,56%. Analistas do mercado estimam que a inflação ficará em 4,22% neste ano e em 4,21% em 2019, ou seja, em linha com as metas fixadas.

Os juros básicos da economia estão estáveis em 6,5% ao ano desde março de 2018, na mínima histórica. Entretanto, com a subida recente da inflação, analistas do mercado financeiro estimam que a taxa básica pode subir para 8% ao ano, até o fim de 2019, para que a meta de inflação seja cumprida.

Apesar de a taxa Selic estar no piso histórico, os juros bancários seguem elevados para padrões internacionais. Há linhas de crédito, como o cheque especial e o cartão de crédito rotativo, com juros em cerca de 300% ao ano. Segundo analistas, este será um dos desafios do próximo comandante do Banco Central.

Dados do BC mostram que os quatro maiores conglomerados bancários do país detinham, no fim de 2017, 78% de todas as operações de crédito feitas por instituições financeiras no país.

Entre os itens que compõem o custo do juros bancário no Brasil, estão: custo de captação dos bancos, depósitos compulsórios, tributos cobrados, despesas administrativas, taxa de inadimplência e o lucro das instituições.

Política cambial

Outra atribuição do Banco Central é a política cambial, que executa por meio de intervenções no mercado.

O formato mais utilizado pela instituição, nos últimos anos, é a oferta de contratos de "swap cambial", instrumentos que funcionam como uma venda de dólares no mercado futuro - o que atenua as pressões de alta no mercado a vista.

A instituição também tem outros instrumentos para atuar no mercado de câmbio: a venda direta de dólares das reservas, que não é utilizada desde 2009, e os chamados "leilões de linha" (venda de dólares com compromissos de recompra no futuro).

O BC informa que, em sua política de intervenções, não há meta para o dólar, ou seja, o câmbio é teoricamente "flutuante".

As intervenções acontecem, de acordo com a instituição, quando há volatilidade mais intensa na moeda norte-americana, ou seja, sobe e desce de cotações em momentos de instabilidade nos mercados.

Também diz que a política cambial visa oferecer ao mercado financeiro, e às empresas, proteção contra a subida da moeda. Em posse dos contratos de "swap cambial", os agentes ficam protegidos quando acontece uma disparada do câmbio, pois recebem a variação da moeda, e evitam prejuízos.

Além da política cambial, o BC também administra as reservas internacionais, atualmente acima de US\$ 380 bilhões. Analistas avaliam que as reservas funcionam como um seguro em momentos de turbulência no mercado, protegendo a moeda brasileira de ataques especulativos. O "carregamento" das reservas, porém, também gera custo para a sociedade.

O futuro ministro da Economia, Paulo Guedes, indicou que pode optar por vender parte das reservas no futuro para abater na dívida pública, que somou R\$ 5,246 trilhões em setembro, ou 77,2% do Produto Interno Bruto. O objetivo seria diminuir as despesas com juros e aumentar a confiança do mercado financeiro, impactando para baixo as taxas cobradas de empresas e consumidores.

Fonte: G1 e TV Globo